

Conferência

O REAL DA POLÍTICA – EM QUÊ E POR QUE GOVERNAR É IMPOSSÍVEL?¹

Sidi Askofaré

Psicanalista, doutor em Letras e Ciências Humanas e em Psicologia, Professor e diretor de Pesquisa da Université de Toulouse 2 – Le Mirail, professor do Colégio Clínico do Sudoeste (França), AME da École de Psychanalyse des Forums du Champ – France (EPFC – France).
E-mail: s.askofare@wanadoo.fr

Inicialmente devo agradecer a meus colegas e amigos de Foix e de Ariège pelo convite e também, sobretudo, por sua paciência e compreensão. De fato, minha indisponibilidade crônica lhes causou alguma preocupação, de organização obviamente, da qual eu sinto muito. Sua determinação e meu desejo de participar desse ciclo de conferências fez com que nós nos encontrássemos hoje.

Se me lembro bem, a ideia desse ciclo de conferências, bem intitulada “A psicanálise na cidade”, articulava-se implícita ou explicitamente ao tema dos Colégio Clínico do Campo Lacaniano do ano passado: “O que faz laço?”.

É uma questão ao mesmo tempo apaixonante e difícil. Então:

- 1) Como respondê-la?
- 2) Poderíamos respondê-la da mesma maneira a partir de todos os campos do saber que se interessam pelo laço?
- 3) Em que a psicanálise, enquanto ela introduz no campo do saber e das práticas a hipótese do inconsciente, permitir-nos-ia respondê-la de modo original e específico?

Basicamente, pode-se dizer que a esse tipo de questão, como a quaisquer questões essenciais de outras áreas, a psicanálise não responde e não pode responder senão a partir do que ela é; a partir da experiência que ela institui e do que os protagonistas dessa experiência aprendem.

Assim sendo, compreende-se porque foi preciso que Lacan chegasse a conceber a própria psicanálise como um tipo de laço – laço entre analisante e analista –, para que ele pudesse esclarecer o que é próprio do laço social, em geral, e, mais particularmente, do que ele chama de laço social fundamental ou...

1 Conferência realizada em Foix, França, em 15 de setembro de 2012.

Não lhes escapou que eu passei quase que sub-repticiamente da noção simples de laço àquela de “laço social”.

É que a questão inicial da qual parti – “O que faz laço?” – não é propriamente admissível para a psicanálise senão com o complemento: para os seres falantes?

Essa formulação integral da questão é necessária porque ela condiciona a possibilidade de conceber e de pensar a psicanálise como um laço. Bastaria, nesse caso, evocar o título dos textos que marcam o início do ensino de Lacan na psicanálise: “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1953/1998). De onde também o fato de que Lacan vai deslocar um significante desde há muito tempo próprio das artes da linguagem – gramática, retórica, linguística, etc. –, *o discurso*, para nomear os laços sociais entre falantes, na medida em que os laços são fundados pela e na linguagem.

Hoje em dia todo mundo sabe que é no seminário no qual é consagrada a apresentação e a formalização desse discurso que Lacan foi levado a se ocupar do que Freud denominou de três profissões ou tarefas impossíveis.

Permitam-me retomar essa passagem bastante importante: “Com efeito, lemos em *Análise terminável e interminável* linhas que se referem ao que cabe ao analista” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 157); “Não se pode deixar de ver o recobrimento entre estes três termos e aquilo que distingo este ano como o que constitui o radical dos quatro discursos” (ibid., p.158).

O que Lacan não se lembrava, sabemos muito bem hoje em dia. Não é, então, em 1918... em suas Cartas à Fliess, mas, em 1925, em seu prefácio à obra de August Aichhorn, *Juventude desorientada*, que Freud fazia pela primeira vez referência ao que ele mesmo chamava de *bom mot* – isto é, ao mesmo tempo um ditado, uma piada e também uma síntese da sabedoria popular –, *bom mot* que diz, portanto, eu o cito, “que estabelece existirem três profissões impossíveis – educar, curar e governar – [...]” (FREUD, 1925/1996, p. 307).

Nessa ocasião Freud não explicita nem fundamenta esse ditado popular. Ele se contenta em somente lembrar, afirmar que ele o fazia seu e acrescentar: “eu já estava inteiramente ocupado com a segunda delas” (ibid.). Subentende-se: para me ocupar de educar e da aplicação da psicanálise ao campo da educação.

Assim dizendo, Freud coloca resolutamente a psicanálise, sua invenção, do lado do curar, ou seja, ele o distingue tanto do educar quanto do governar.

Podemos fazer uma primeira constatação: das três profissões ditas impossíveis, é do governar que Freud não diz uma palavra. De fato, ele vai se ater principalmente a

enunciar o que distingue, a seus olhos, o educar e o curar e a enunciar algumas ideias sobre a psicanálise – o saber analítico, mas também, e sobretudo, a experiência pessoal que a psicanálise pode levar ao educador profissional em sua prática.

Quando, em 1937, em *Análise terminável e interminável*, Freud reintroduziu a *bon mot* acerca das três profissões impossíveis, não foi apenas em uma outra conjuntura, mas o fez com fins completamente diferentes. Tratava-se, na verdade, não de uma mudança, de um debate ou de uma tensão entre a psicanálise e outra prática – a educação ou a política –, mas de uma revisão interna da psicanálise, de seu ato e de seus limites. E isso se opera sobre o fundo de uma substituição absolutamente essencial, aquela do *Analysieren* ao *Kurieren*, de analisar ou curar.

Em outras palavras, não é mais o “curar” no sentido genérico – que entendemos no sentido amplo de “cuidar de...” – ou no sentido restrito do tratamento médico – tratamento que Freud nos convida a contar no número de profissões impossíveis –, mas o *Analysieren*: o “analisar” que podemos ler simplesmente como “tratar ou curar pela psicanálise” ou, de maneira mais complexa, como sugeria Lacan, como “ato analítico”.

Se eu retorno a esse texto de Freud de 1937 é ao menos por três razões. A primeira é que, contrariamente à simples evocação do ditado em 1925, aqui Freud nos diz muito claramente o que ele entende por “profissão impossível” e até mesmo qual sentido ele atribui à palavra “impossível”. A segunda é que aqui ele se detém em mostrar e até demonstrar porque ele considera e convida a considerar que a análise é uma tarefa impossível. A terceira, enfim, porque o que ele diz do caráter impossível de analisar não é sem esclarecer o que faz ser impossível o educar e o governar.

Está evidentemente excluída a possibilidade de eu retomar aqui o capítulo VII de *Análise terminável e interminável* e, a *fortiori*, o artigo em sua integridade. Eu vou somente tentar determinar, para vocês, qual é a questão central desse texto para Freud, a resposta que ele lhe dá e as consequências que podemos extrair para o que é do governar.

Na realidade, essa questão é simples mesmo se ela não é explícita, na medida em que ela contém a sombra de uma questão mais densa e mais dramática: “a análise tem um fim?”.

De meu ponto de vista a questão menos dramática, mas igualmente decisiva é: os fins – no sentido das finalidades – atribuídos a uma análise são atingíveis? Para respondê-la, convém se lembrar do que Freud começa por colocar como sendo as condições ou os critérios práticos do fim de uma análise. Eu o cito:

De um ponto de vista prático, é fácil responder. Uma análise termina quando analista e paciente deixam de encontrar-se para a sessão analítica. Isso acontece quando duas condições foram aproximadamente preenchidas: em primeiro lugar, que o paciente não mais esteja sofrendo de seus sintomas e tenha superado suas ansiedades e inibições; em segundo, que o analista julgue que foi tornado consciente tanto material reprimido, que foi explicada tanta coisa ininteligível, que foram vencidas tantas resistências internas, que não há necessidade de temer uma repetição do processo patológico em apreço. Se se é impedido, por dificuldades externas, de alcançar esse objetivo, é melhor falar de análise *incompleta*, de preferência a análise *inacabada*.

O outro significado do “término” de uma análise é muito mais ambicioso. Nesse sentido, o que estamos indagando é se o analista exerceu uma influência de tão grande consequência sobre o paciente, que não se pode esperar que nenhuma mudança ulterior se realize neste, caso sua análise venha a ser continuada. É como se fosse possível, por meio da análise, chegar a um nível de normalidade psíquica absoluta – um nível, ademais, em relação ao qual pudéssemos confiar em que seria capaz de permanecer estável, tal como se, talvez, tivéssemos alcançado êxito em solucionar todas as repressões do paciente e em preencher todas as lacunas em sua lembrança. (FREUD, 1937/1996, p. 235)

E Freud, então, formula a questão que considero central: “Podemos primeiro consultar nossa experiência para indagar se tais coisas de fato acontecem, e depois nos voltarmos para nossa teoria a fim de descobrir se há qualquer possibilidade de elas acontecerem” (ibid.).

Vocês ouviram bem o termo empregado por Freud: *possibilidade*; é *possível*, mesmo do ponto de vista da teoria, alcançar a “normalidade psíquica absoluta” e o que a condiciona: a remoção de todos os recalques e o preenchimento de todas as lacunas da memória, ou uma rememoração completa, pelo sujeito, de seu passado.

Bem, é a esse “é possível?”, do capítulo II, que Freud responderá, no capítulo VII, com um: é impossível! Ou, mais exatamente, ele propõe prudentemente a seguinte hipótese: “Quase parece como se a análise fosse a terceira daquelas profissões ‘impossíveis’ quanto às quais de antemão se pode estar seguro de chegar a resultados insatisfatórios. As outras duas, conhecidas há muito mais tempo, são a educação e o governo” (ibid., p. 265).

O que faz o valor dessa passagem é que, ao mesmo tempo que Freud propõe prudentemente que a análise poderia muito bem ser a terceira – ao invés, portanto, do curar – dessas profissões, ele nos diz o que se deve entender por “impossível”. É extremamente claro e preciso, sem tomar nada da lógica nem da metafísica.

Alguns “impossível” podem se referir, em francês, a algo ou a alguém muito difícil ou muito penoso (impossível de fazer, de imaginar ou de suportar). Não dizemos por aí que algumas pessoas penosas e insuportáveis são impossíveis? E desse ponto de vista, o título que Dominique Desanti havia dado a seu romance cuja heroína é psicanalista, *Un métier de chien*, do qual Lacan falou ocasionalmente, não é também uma forma de qualificar a profissão de psicanalista como impossível? E Lacan não definiu a clínica como “o real enquanto aquilo que é impossível de suportar”?

Tudo isso para dizer que há tantos significados para essa palavra “impossível” que é muito fácil se perder. Daí a característica preciosa da precisão de Freud. Para ele, “profissão impossível” quer dizer aqui tão simplesmente profissão na qual “pode-se facilmente ter certeza de um sucesso insuficiente”. Subentende-se: insuficiente em relação às promessas e/ou expectativas.

Ao seguir essa veia freudiana, vemos o quanto é fácil dar razão sobre porque governar é uma profissão tão ou mais impossível do que educar ou psicanalisar.

Acontece que estamos saindo recentemente do grande ritual democrático das eleições presidenciais. Houve o tempo dos programas, das promessas e dos *slogans*. Mesmo independentemente da mediação e das pesquisas de opinião que “histerilizam” a vida política, medimos bem a distância que existe entre a conquista do poder e a realização dos objetivos políticos em nome dos quais foram eleitos. Ora, governar não é ascender ao poder pela via democrática ou não. Governar é, no mínimo, exercer o poder.

Bem, desde que há política e Estado, isto é, desde o advento do que Lacan propôs chamar de discurso do mestre que os homens governam e são governados, que um laço político existe qualquer que seja o tipo ou o regime ao qual pertence: governar pela força, segundo a lei, segundo o consentimento, segundo a confiança, segundo a ciência, etc...

Daí vem, portanto, que nós tenhamos passado, quase sub-repticiamente da ideia “freudiana” do governar como “profissão impossível”, à tese mais decisiva e radical que enuncia que “governar evidencia o impossível” ou é pura e simplesmente o impossível.

É interessante notar que a crítica mais virulenta do impossível nos vem de um dos maiores políticos da história, não somente francesa, mas universal. Com efeito, em sua *Histoire de Consulat et de l'Empire – de Brumário a Marengo*, Louis Madelin escreve a propósito de Napoleão:

Emprestamos-lhe a palavra: ‘impossível não é uma palavra francesa’. O que é certo é que ele jamais opôs a si mesmo a palavra ‘impossível’. O impossível, dirá ele a Molé, é uma palavra cujo significado é totalmente relativo... É o fantasma dos humildes e o refúgio dos covardes. Na boca do poder essa palavra, acreditem em mim, é tão somente uma declaração de impotência. (MADELIN, 1938, p. 78)

Na verdade, temos então já em Napoleão essa relação entre impotência e impossibilidade que Lacan vai subverter propondo conceber uma análise como o trajeto que vai da impotência imaginária à impotência lógica.

Percebemos aqui como as mesmas palavras sustentam teses radicalmente opostas. É que Napoleão critica e condena um impossível colocado *a priori* e que pode funcionar como uma justificativa *a priori* justamente do fracasso e do insucesso e até mesmo da renúncia.

É o princípio de todos os “de que serve?”. Lacan, quanto a ele, precisando o caráter lógico do impossível, introduz a ideia de um outro tipo de impossível. Um impossível que não é premissa ou axioma, mas conclusão; *a posteriori*, portanto. É isso, de fato, o que distingue a impotência imaginária da neurose que alimenta as queixas do neurótico – seus incessantes “eu não posso...”, “Eu não consigo...”, que são todas as declinações de sua imaginarização da castração –, do real da inexistência da relação sexual ao qual o conduzirá a travessia da experiência.

Toda essa digressão para dizer o quê? Eu diria que é somente para afirmar que de Freud a Lacan a questão do impossível muda, senão de significação, de qualquer maneira, de sentido e de estatuto: isso ocorre porque se opera uma virada do impossível do sentido trivial ao impossível lógico, isto é, ao real.

Nesse ponto, há duas vias possíveis. A primeira é árida e devo dizer que ela se presta mal ao formato e ao estilo de uma conferência pela simples razão que ela exige a escrita, a lógica, a formalização. Portanto, eu a excluí. A segunda, mais praticável, vai conduzir-me a permanecer num estilo intuitivo, não demonstrativo, que me parece mais ajustado a uma conferência.

Partamos então agora de uma questão que eu poderia ter colocado desde o início dessa conferência: o que é governar? O que chamamos de governar? Ou: o que se entende por governar? Antes de dizer se é possível ou impossível.

Se eu quisesse tornar mais complexa a coisa, Deus nos livre – já é muito complexo como isso –, eu poderia acrescentar: o que se governa? Ou: o que governamos? Indivíduos? Grupos? Populações? Países? Povos? Nações?

Ou ainda, por quais meios se governa? Pela força? Pelo verbo? Pelo medo? Pelo amor? Pelo saber? Pela vigilância? Pela persuasão? Pela autoridade? Pelo segredo? Etc.

E enfim: por que há governantes e governados? O que faz querer governar, dirigir, comandar, orientar, influenciar os outros? E, inversamente, a quem reportar a “necessidade” e mesmo o apelo a governantes, chefes e guias?

Em outras palavras, como dar razão ao casal infernal comando/obediência, governante/governado?

Para poder responder a essas questões e para poder fundamentar uma razão para “governar é impossível”, convém inicialmente entrar em acordo com a ideia de que o governo se distingue do exercício do poder. Exercer um poder ou exercer o poder, não houve nada além disso desde a instituição do discurso do mestre, das comunidades políticas e dos Estados. De fato, o poder é em primeiro lugar uma modalidade de ação do homem sobre o homem. Enquanto tal, pode-se postular que se obedece às mesmas leis em todo lugar. O que muda, conforme o tempo, os lugares e os regimes políticos são as condições que favorecem ou que limitam sua violência.

Além das circunstâncias e convenções, haveria também um tipo físico do poder cuja fórmula se resumiria a cálculos de força: como se organizar, conduzir, manobrar os outros para permanecer o mais forte?

Mas vemos aqui que se trata, nesse caso, da conservação do poder, não de seu exercício. Ou, mais exatamente, trata-se da fórmula do exercício de um poder que tem em vista apenas sua própria conservação.

Ora, o “governo” está longe de se confundir com a pura e simples dominação. Não é óbvio, de fato, que o poder não tenha por fim senão perpetuar a si mesmo. Diferentemente da dominação, o governo, o governante se reporta a uma meta, a um objetivo, a um fim ou a uma pluralidade de fins, exteriores a si mesmo, quando a dominação não tem outro fim senão se reforçar indefinidamente. Assim, a prática tautológica do poder opõe-se irredutivelmente à necessidade teleológica do governar.

Até esse ponto há uma convergência possível de diferentes saberes. Mas quando se trata de determinar o que se governa, o átomo que carrega em si o ato de governar. A filosofia política, à exceção notável de Maquiavel – digamos de Platão a Hanna Arendt, passando por Aristóteles, Hobbes, Locke, Spinoza, Rousseau, etc.; –, e a ciência política visaram o governo essencialmente como governo das comunidades, das coletividades e dos Estados.

Mas a orientação freudiana nessa matéria nos sugere antes um primado lógico do psicológico sobre o sociológico. O que não é sem comportar um certo número de consequências.

No primeiro lugar dessas consequências há o fato de considerar que o governo, antes de ser governo de uma multidão – a dirigir, a unificar e a conduzir para o bem por uma força diretiva –, é inicialmente a antes de tudo governo do sujeito. Nisso, vemos também que o “educar” e o “curar” basicamente são apenas variações ou declinações do governar.

Aliás, é notável que, em francês, chamamos de governador o mentor, o preceptor, o regente, aquele que dirige a educação de uma ou de muitas crianças; e chamamos de governanta a enfermeira, a mulher encarregada de acompanhar e vigiar uma jovem menina, mas também a mulher que cuida da casa de uma pessoa. Não é menos notável que o termo sujeito – tornado tão essencial na definição psicanalítica do ser humano – nos vem quase diretamente do vocabulário político como o nome ou estatuto daquele que está submetido a uma autoridade soberana.

Ora, aí onde os filósofos e os cientistas políticos se interessaram majoritariamente pela questão da soberania, é o enigma da submissão e da obediência que interpelou os psicanalistas. E isso, não sem razão, desde que eles se confrontam em sua prática, em sua clínica, na condição de que ela é essencialmente uma clínica sob transferência, isto é, uma clínica que tenta obter seus objetivos de emancipação do sujeito de maneira diferente do que pelo exercício de um poder, sem usar, para chamar pelo seu nome, da sugestão, ou seja, da “influência que cura”, segundo a fórmula de Nathan.

A psicanálise, portanto, eu diria, em sua veia freudiana e depois lacaniana, postula um primado lógico do psicológico sobre o sociológico. É a razão pela qual, parece-me, Lacan apoiou-se sobre o mito hegeliano do mestre e do escravo para teorizar o laço social da mestria e da servidão, isto é, o discurso do mestre.

Vocês sem dúvida conhecem o que poderíamos chamar seu cenário.

Diante da questão: por que há mestres e escravos, dominantes e dominados? – o que não é óbvio na medida em que não podemos dar conta dela simplesmente em termos etológicos –, portanto, Hegel fomentou em sua *Fenomenologia do Espírito* um mito célebre que seria muito longo para desenvolver aqui.

Eu diria que, em suma, Hegel imagina o surgimento da mestria e da servidão a partir de uma gênese psicológica, aquela do encontro de duas consciências livres; portanto, *a priori*, nem dominante, nem serva. E essas duas consciências vão se confrontar

em uma luta de morte de “puro prestígio”. De “puro prestígio” porque são excluídas, *a priori*, dois tipos de saída dessa luta: na qual os dois morrem ou na qual um dos dois morre. Vejam porque.

Na primeira hipótese – os dois morrem – não há nem vencedor, nem vencido, portanto, nem mestre, nem escravo, mas dois mortos. A segunda hipótese leva-nos a um vivo e um morto, o que igualmente não permite estabelecer uma hierarquia em termos de mestre e escravo. Por quê? Tão simplesmente porque faltará uma dimensão que é absolutamente essencial aos olhos de Hegel, a saber, o reconhecimento. É mestre, segundo Hegel, aquele que é reconhecido enquanto mestre.

É por isso que Hegel, com base da exclusão dessas duas primeiras hipóteses, concebe outra opção que implica a sobrevivência dos dois protagonistas. E essa sobrevivência só é possível, segundo Hegel, na medida em que há uma disparidade subjetiva entre as duas consciências. A tese é a seguinte: o que faz a diferença entre as duas posições subjetivas se deve às relações de um e de outro com a morte. E, por consequência, com a vida.

O que isto quer dizer? Isso quer dizer que é preciso que haja entre os dois um sujeito pelo qual a vida, sua vida – o fato de manter-se vivo e, portanto, de gozar da vida – constitui o valor supremo. E, ao contrário, é preciso que haja do lado do outro um desprezo pela morte e um culto hiperbólico da liberdade, de sua liberdade.

Vocês, creio, anteciparam a solução que propõe Hegel: aquele que tem acima de tudo sua vida, que sente essa ligação animal à vida que autoriza a falar de “instinto de vida”, este estará sempre pronto para preservá-la, inclusive até a renunciar a sua liberdade e a se colocar a serviço daquele que tem a capacidade de tirar essa vida. Por consequência, ele vai se submeter e reconhecer aquele que engana a morte como sendo o Mestre (ao invés da morte!).

Obviamente trata-se de um mito, isto é, uma construção linguageira que “dá forma épica ao que se opera da estrutura”. Com efeito, é estritamente impossível explicar, senão por um mito, a gênese real, concreta e historicamente provada da mestria e da servidão. Contudo, esse mito nos ensina tanto pelo que enuncia quanto pelo que esconde ou sugere. Pelo que enuncia, o mito hegeliano – revisto e corrigido por Kojève – sublinha para nós o que o poder e a dominação devem à força, à intimidação, à retaliação, à violência e ao medo do sofrimento e da morte. Mas ele nos ensina igualmente pelo que ele não diz, ou somente sugere, a saber, tudo o que o poder se deve à fala e à linguagem.

Ora, não é a linguagem que nos tira, se assim posso dizer, do poder nu, isto é, do poder como pura e simples aptidão à coerção ou ao exercício da força, da violência? É de fato pela função da linguagem e de suas propriedades específicas de sedução, de sugestão e de persuasão, entre outras, que pode se realizar a passagem do poder à política – no sentido em que ela pode ser também um princípio de emancipação. Enfim, falar de um real da política, como eu me autorizei com o título que propus para essa conferência, implica minimamente que a política é em parte, senão principalmente, uma atividade, uma prática simbólica. Quero dizer com isso que podemos perfeitamente lhe aplicar a definição que Lacan propôs há bastante tempo acerca da práxis: “uma ação realizada pelo homem, (...), que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico” (LACAN, 1964/1988, p. 14).

Podemos exemplificá-la pela práxis analítica enquanto ela trata o real para um sujeito determinado ou o sintoma enquanto “impossível a suportar”. Disto podemos extrair ao menos dois ensinamentos: 1) tratar um real não quer dizer aboli-lo, fazê-lo desaparecer ou retornar ao estado anterior a seu advento, a famosa *restitutio ad integrum* dos Antigos; 2) O real sobre o qual há uma práxis, no caso o sintoma para a psicanálise, não é o real que ele revela: o real do inconsciente (impossível inscrição da relação sexual) ou o real do discurso analítico (impossível da mestria do sujeito).

Algumas dessas considerações me permitem sugerir agora duas proposições:

- A política trata de um real, aquele do laço social, na medida em que ela ambiciona fazer funcionar o singular no passo do geral ou mesmo do universal. Em princípio, ela ignora o caso a caso. Isso porque ela funciona no significante-mestre e busca sempre autorizar-se em seus atos da tradição, da religião, do direito ou da ciência. E o que se trata de fazer funcionar são sempre os corpos.
- Toda política, toda prática política se confina sobre um real, isto é, encontra seu limite no que do sujeito – chamemo-lo de sintoma no sentido forte, ou seja, em sua estrutura e sua função borromeanas – o que do sujeito, então, não consente em ser absorvido no geral ou universal.

Sem entrar em um longo desenvolvimento ou no detalhe de cada um dos pontos aqui evocados, surge, parece-me, um laço profundo e uma certa unidade entre o que Freud consagrou como “profissões impossíveis”.

Com efeito, mesmo se fenomenologicamente governar, educar e curar (psicanalisar) sublinham profissões e práticas sociais muito diferentes, não podemos deixar de demarcar que se trata de operações de mestria, em outras palavras, que cada uma dessas profissões, a seu modo, visa dominar alguma coisa. Essa constatação pode, aliás, esclarecer uma afirmação de Lacan que poderia parecer enigmática: “a referência de um discurso” – dizia ele no início de seu seminário de 11 de fevereiro de 1970 – “é aquilo que ele confessa querer dominar, querer amestrar. Isto basta para catalogá-lo em parentesco com o discurso do mestre” (LACAN, 1969-1970/1992, p. 65).

Muito sucintamente proporei que cada uma dessas profissões visa somente a uma coisa: dominar ou, se preferirem, governar o sujeito. O que os distingue, então, não é tanto seu objetivo último, mas o ângulo sob o qual ele tenta realizar essa operação de dominação.

Assim, a educação visa principalmente ao domínio do gozo e, mais precisamente, à dominação da pulsão, sua submissão, seu assujeitamento às normas sociais e culturais. Sabemos que ela jamais atinge totalmente esse objetivo – na verdade, se há alguma coisa de ineducável, é de fato a pulsão! –, mas que seus próprios sucessos geralmente só se deram ao preço do recalque com seu cortejo de mal-estar (conforme *Mal-estar na civilização* ou *Moral sexual civilizada*), de neurose, de sintomas e, no melhor dos casos, de idealização e de sublimação.

Da mesma forma podemos argumentar e sustentar que a medicina, da qual Lacan pôde dizer que a psicanálise era sua última flor, por sua concepção de sintoma como disfunção, visa fundamentalmente uma coisa: a saúde enquanto funcionamento normal do corpo e o “silêncio dos órgãos”. Ora, esse funcionamento normal não pode ser traduzido senão pelo que constitui a própria fórmula do desejo do mestre: que isso funcione! E, sobretudo, que nada venha contrariar a maquinaria bem lubrificada do organismo! Daí o que poderíamos quase chamar de ódio do sintoma que se esconde no fundo de toda fúria de curar.

O “governar”, então, no sentido da política, a meu ver amplia e completa o que o “educar” e o “curar” circunscrevem à pulsão e ao sintoma. A política, com efeito, não somente amplia o objetivo de domínio do sujeito e do laço social, mas ela tem como uma ambição integrar em sua operação as duas outras tarefas: educar e curar.

“Educar o povo”, quantas vezes não ouvimos isso ser colocado no coração de todos os políticos que desejam tirar sua legitimidade de um saber? E não creiam que isso sai de uma oposição partidária esquerda/direita. Eu diria que isso, ao contrário, atravessa

toda a história do discurso do mestre e do discurso universitário: digamos, de modo simples, que isso vai de Platão a Pol-Pot, passando pelos teocráticos, pelas monarquias esclarecidas e pelos “democráticos populares”.

Além disso, acrescentaria que tratar e curar foram impostas desde que foram adotadas as metáforas biologizantes da sociedade como organismo e os fenômenos sociais indesejáveis como feridas, sintomas, doenças e até mesmo epidemias. E isso, vocês sabem, pode-se dizer tanto do desemprego quanto da violência, da toxicomania e da prostituição!

Para concluir, eu diria que vemos bem, a partir desse modesto sobrevoo da questão, em quê e por que “governar” é não somente uma profissão impossível, mas leva a falar propriamente do impossível enquanto limite da ação do simbólico.

Impossível então de governar o sujeito – e o inconsciente que o governa – na medida em que fundamentalmente o que a psicanálise chama de sujeito é um insubmisso, um algum-dois que se constitui e persevera em sua falta a ser por sua objeção ao outro, notadamente pelo seu sintoma.

Impossível ainda mais de governar – no sentido de se tornar mestre de... – o laço social enquanto estrutura articulada de diferentes discursos. E isso porque o laço social não se contenta em adicionar os sujeitos e suas objeções ao Outro, ele multiplica-os.

O que eu proponho aqui para vocês não quer dizer, contudo, que não há dominação, coerção, obediência e até mesmo servidão, voluntária ou não, alhures. Isso quer dizer e isso diz muito simplesmente que em razão mesmo da estrutura do sujeito – em todo caso aquela que a psicanálise esclarece – e aquela do laço social, seu governo não pode ser integral e sua submissão não pode ser total.

Em termos políticos isso pode se enunciar: lá onde há poder e dominação, há também resistência; lá onde há tirania, há contestação e até revolta, mesmo se esta última pode permanecer por muito tempo muda, fantasiada, adiada ao invés de ser manifesta ou executada.

Em termos analíticos isso poderia se formular da seguinte maneira: o sujeito – contrariamente ao que deixa entender seu nome teórico: assujeitado – é fundamentalmente ingovernável, no sentido do governo político, pois seu mestre, o inconsciente, é um “saber sem mestre”.

É preciso extrair lições positivas quanto ao que é governar? Não sei. O que eu creio saber é que se não há necessidade de desespero da política em razão desse real, a política e os políticos ganhariam em aprender sobre a descoberta freudiana, colocando-se em sua escola, aquela do não-todo!

Tradução: Marcelo Amorim Checchia.

Psicanalista, doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo.

Referências

- DESANTI, D. *Um métier de chien*. In: DESANTI, D. *Un métier de chien*. Paris: Flammarion, 1971.
- FREUD, S. (1925). Prefácio a *Juventude desorientada*, de Aichhorn. In: *Sigmund Freud: Obra Completa – Edição Standard*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 305-308, vol. 19.
- _____. (1937). Análise terminável e interminável. In: *Sigmund Freud: Obra Completa – Edição Standard*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 225-270, vol. 23.
- LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 238-324.
- _____. (1964). *O seminário, livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. (1969-1970). *O seminário, livro 17 – o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- MADÉLIN, L. Histoire de Consulat et de l'Empire – de Brumário a Marengo. In: *Histoire du Consulat et de l'Empire*. Tome 3, De Brumaire à Marengo. Paris: Hachette, 1938.
- NATHAN, T. (1993). *L'influence qui guérit: une théorie générale de l'influence thérapeutique*. Paris : Odile Jacob, 1993.